

VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo
II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo
12, 13 e 14 de setembro de 2012 – Rio de Janeiro/RJ

Consumo Energético e Redes de Intercâmbio Para Ação Política e Exercício da Cidadania

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho¹
Verônica Macário de Oliveira²
Gesinaldo Ataíde Cândido³

Resumo

No cenário da sociedade contemporânea os debates e reflexões sobre a problemática socioambiental tem contribuído para ampliar as investigações sobre as dimensões sociais, ambientais e conexões do fenômeno do consumo, adquirindo centralidade no *mainstream* do ambientalismo internacional, notadamente pela percepção dos impactos causados ao meio ambiente pelos padrões e níveis de consumo insustentável, tanto na perspectiva ambiental como para o pleno exercício da cidadania. Assinalando que o consumo de energia introduz desafios a uma abordagem mais convencional, não apenas porque se procura explorar a ligação entre consumo e ambiente, mas também porque se pretende olhar para o consumo nas suas várias vertentes. Assim, o estudo centra-se na abordagem da esfera de politização das práticas de consumo tendo como fulcro principal analisar como práticas de consumo energético podem contribuir para a formação de redes de intercâmbio construídas na esfera pública, como um novo campo de ação política e exercício de cidadania do consumidor, se configurando como um consumo sustentável que envolve mudanças de atitudes e valores do cidadão. A pesquisa empírica desenvolvida foi do tipo exploratória com abordagem qualitativa, utilizando a técnica de grupo focal aplicando entrevistas semiestruturadas com um grupo de mulheres da classe média e baixa com um foco determinado para ser explorado: o consumo energético, a fim de perceber como algumas práticas podem ser consideradas politicamente sustentáveis para o consumo energético, procurou-se deslocar um olhar para as práticas de consumo de energia no âmbito familiar para aprofundar os conhecimentos acerca da percepção, significação, atitudes e representação social dos atores sociais sobre o consumo energético que podem possibilitar práticas sustentáveis e os procesos pelos quais os indivíduos estão inseridos.

Palavras-chave: Consumo energético. Ação Política. Cidadania.

¹ Professora da Universidade Estadual da Paraíba, angelaramalho@oi.com.br

² Professora Assistente da Universidade Federal de Campina Grande, veronicamacario@gmail.com

³ Professor Titular da Universidade Federal de Campina Grande, gacandido@uol.com.br

1.Introdução

Na sociedade contemporânea os debates e reflexões sobre a problemática socioambiental tem contribuído para ampliar as investigações sobre as conexões do fenômeno do consumo nas dimensões sociais, culturais e ambientais, notadamente pela percepção dos impactos causados ao meio ambiente pelos padrões e níveis de consumo, trazendo implicações e riscos tanto ambiental como socialmente.

Neste contexto, descortina-se um cenário marcado por novos olhares sobre o meio ambiente, o primeiro refere-se às questões da geração e consumo de energia, da fonte de energia que resulta na poluição e seus efeitos nocivos, do consumo excessivo, do desperdício de energia, da superpopulação e das desigualdades sociais e econômicas geradas. O segundo refere-se mais especificamente ao comportamento do consumidor, ou seja, que variáveis influenciam o consumidor no que diz respeito à tomada de decisão para práticas de consumo energético sustentável e finalmente a importância da geração de novas fontes de energia.

Desde então, tais preocupações sinalizam para o empreendimento de esforços por diferentes setores da sociedade no sentido de implementar base para uma nova matriz energética. Através da utilização de fontes de energia renováveis, do desenvolvimento de novas tecnologias que não agridam o ambiente na perspectiva da ecoeficiência, além da legislação que pode ser um instrumento estratégico capaz de propor ações que garantam a energia sustentável, contemplando as questões de ordem social, econômica e ambiental.

Este campo demanda ainda um planejamento eficiente integrado como um instrumento para políticas públicas com estratégias que visem adequar os balanços energéticos aos interesses da sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social e econômico das gerações presentes e futuras.

Em observância para o fato de que os recursos energéticos são as formas básicas para a obtenção de energia renovável que pode ser repostas na natureza. Por essa razão, diversos países vêm investindo na complementação e transformação de seus parques energéticos com a introdução de fontes alternativas de energia. As questões ambientais alavancaram a necessidade emblemática destes investimentos, em função dos impactos causados como a degradação de recursos naturais.

Neste caminho, o estímulo e envolvimento dos atores sociais – consumidores, contribuí sobremaneira para revisão de hábitos de produção e práticas de consumo sustentável diante dos problemas ambientais na busca de um modelo de desenvolvimento que realce a promoção, distribuição e consumo sustentável de energia, com direito a um meio ambiente saudável.

Por outro lado, descortina-se também estratégias que podem contribuir para a consecução de práticas políticas no campo do consumo energético enquanto ação social através da criação de espaços e redes com articulações interdependentes entre diferentes grupos (sociotécnicas, políticas e organizativas) em que a cidadania e a política se desenvolva objetivando a adoção de práticas de consumo sustentável. Portanto, se faz necessário a implantação de políticas públicas, de ações dos movimentos sociais, projetos das corporações e consumidores para a plena cidadania emancipada.

Sendo assim, o cidadão através de uma postura crítica e sua capacidade de pensar é possível perceber a importância da sua intervenção diante das diversas relações sociais estabelecidas na tessitura do consumo, criando espaços de práticas de cidadania. Perspectiva que é elucidada por Canclini (2005, p.14) quando propõe que é preciso “reconceitualizar o consumo, não como simples cenário de gastos inúteis e impulsos racionais, mas como espaço que serve para pensar”

Portanto, isto significa que a cidadania se encontra localizada em diversas relações sociais, dentre elas a do consumo, considerando que a cidadania é um processo de construção de novas relações sociais, um aprendizado e principalmente uma prática de participação política, gerando um sentimento de responsabilidade social e ética.

Desse modo, o estudo centra-se na abordagem da esfera da politização das práticas de consumo tendo como objetivo principal analisar como práticas de consumo energético sustentável podem contribuir para a formação de redes de intercâmbio construídas na esfera pública, como um novo campo de ação política e exercício de cidadania do consumidor.

Para o desenvolvimento do estudo, em função dos objetivos circunscritos, optou-se por uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa, almejando ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo. Para a exequibilidade da pesquisa escolheu-se a técnica de grupo focal que é um instrumento de coleta de dados que consiste em uma

entrevista semiestruturada em grupo sendo conduzidas pelo pesquisador o que possibilita uma análise sistemática do fenômeno estudado.

A opção por estudar o consumo energético reside em diversas questões de ordem teórica e pragmática, como ser uma variável do comportamento do homem em seu viés social e cultural, por cristalizar uma invisibilidade no ato de consumo, além da necessidade de mediação na relação consumidor e energia. Também por ser é uma temática importante dentre as várias preocupações sobre as questões ambientais na contemporaneidade e com poucos estudos na área das ciências sociais, surgindo à necessidade de ampliar os conhecimentos na busca da geração de novas explicações sobre o consumo energético no âmbito do consumo familiar.

Por outro lado, é igualmente importante ressaltar que uma análise sobre efeitos dos padrões de consumo de uma sociedade sobre o meio ambiente deveria também tratar de questões relacionadas à desigualdade de renda e acesso aos bens e serviços, sejam eles energéticos ou não.

Quanto ao enfoque da delimitação do problema, partiu-se de uma questão que vem instigando estudiosos, pesquisadores e gestores no mundo sobre o consumo de energia. Questionam-se: Por que os consumidores permanecem desinteressados (ou pelo menos pouco informados ou descomprometidos) nas ações de conservação de energia? O que os motivaria a modificar suas práticas de consumo? O que e como fazer para que esses atores –consumidores sejam mais atuantes nesse processo ?

Diante da busca de respostas para essas questões que orientou e impulsionou o presente trabalho de pesquisa, circunscreveu-se a seguinte premissa: a formação de redes de intercâmbio construídas na esfera pública, como um novo campo de ação política pode contribuir para práticas de consumo energético sustentável, através do exercício de cidadania o que caracteriza uma ação política.

Quanto a opção pelos consumidores residenciais como foco de estudo deve-se em parte ao fato de que todas as demais classes de consumo (industrial, comercial, serviços públicos etc.) o comportamento do consumidor está sujeito a critérios econômicos bem mais previsíveis (a lógica do custo/benefício). É no âmbito do consumo residencial que cristalizam os valores, significados e florescem as experiências empíricas, com uma literatura bem mais abrangente.

No que tange às abordagens teóricas e práticas sobre a temática consumo energético, foram privilegiados os aportes teóricos que potencializam a esfera do consumo enquanto ação política cidadã do consumidor, o que caracteriza a “politização da ambientalização”.

Em termos estruturais, além desta parte introdutória, este artigo apresenta uma breve contextualização teórica dos aspectos relacionados à politização das práticas de consumo, bem como a inserção das práticas de consumo energético neste contexto. Em seguida, são detalhados os procedimentos metodológicos utilizados e os resultados obtidos são discutidos. Por fim, apresentam-se as considerações finais dos autores.

2.1 Politização das Práticas de Consumo

Em face das questões ambientais e dos debates que envolvem a proposta de desenvolvimento sustentável, torna-se necessário a “personificação” de um consumidor engajado com as questões sociais, “responsável” por seus atos, no qual o consumo não deve ser separado de uma interrogação ética ou cidadã, que questiona os impactos dos seus atos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Assim, o deslocamento da questão ambiental para a esfera do consumo surge como uma possibilidade agregadora e emancipatória que poderá fortalecer o interesse da participação individual e coletiva nos dilemas e decisões políticas cotidianos, trazendo a questão ambiental para a agenda privada e para as políticas públicas. Portilho (200, p.3) assinala que as “[...] ações individuais conscientes, bem informadas e preocupadas com questões ambientais aparecem como uma nova estratégia para a solução dos problemas ligados ao meio ambiente para mudanças em direção à sociedade sustentável.

Portanto, ao tratar o tema consumo nos debates sobre desenvolvimento sustentável ultrapassa a concepção de cidadania, na medida em que perpassa a dinâmica estrutural das sociedades, pois se propõe a alterar a forma de se conceber e se agir coletivamente, envolvendo novas formas de relações sociais e práticas políticas concretas (COSTA; TEODÓSIO, 2011). Nesse contexto, o consumidor passa a exercer um papel de ator social através de práticas de consumo inseridas em uma arena politizada, em que consumo e cidadania se encontram na promoção de ações coletivas na esfera pública, atuando como sujeitos sociais ativos na efetivação das mudanças ambientais necessárias na perspectiva de construir uma futura sociedade mais sustentável.

Destarte, a concepção de consumo sustentável também levanta questões sobre sua vinculação com o pleno exercício da cidadania por partes dos atores sociais – consumidores que indicam a complexidade das dimensões sociais do consumo e das perspectivas de cidadania que pode ser sinalizadas. Desse modo, se “na modernidade o conceito de política deixa a esfera privada para dedicar-se à pública, surge agora a necessidade de permitir a invasão do político na esfera privada em que as experiências possam ser pensadas como reposicionamento político”(PORTILHO, 2005, p.6).

Assim sendo, as relações específicas entre consumo e cidadania apresentam-se a partir de diferentes perspectivas, sendo o enfoque do estudo em pauta o consumo sustentável enquanto ação social ou ação cidadã. Trata-se, portanto, de uma tentativa de dar concretude à adesão a valores em prol de práticas de consumo como uma ação política, contribuindo para melhorias sociais e ambientais, materializando-as e tornando-os públicos.

Esta perspectiva é assinalada por Canclini(2005) quando enfatiza a importância da ação política nas práticas de consumo, dentro do princípio das diversas relações sociais que configuram-se também como espaços de práticas de cidadania. Diante de um cenário em que as funções do Estado foram deslocadas ou simplesmente emergiram sendo assumidas por instituições privadas, a participação social se organiza através do consumo que se cristaliza nas esfera privada e se amplia para o coletivo através de práticas cidadãs.

Para Portilho (2009), a relação entre consumo e política pode ser analisada nas ideologias e discursos que propõem como solução para o enfrentamento de problemas sociais e ambientais, práticas de consumo sustentável, consciente e ético. Atuando como fiscalizadoras das ações, este fenômeno pode ser considerado sob o rótulo mais amplo de consumo político, com práticas dos atores sociais individuais que podem representar uma ampliação do campo político em direção à esfera privada e à vida cotidiana.

Jackson (2006) observa que até muito recentemente, a política dos consumidores tem sido fortemente influenciado por preocupações com a “soberania do consumidor "e por uma fidelidade ao modelo de escolha racional: garantir que o mercado possibilite ao consumidor fazer escolhas eficientes, transferindo a responsabilidade do consumo sustentável para a ação individual do consumidor em fazer suas escolhas de consumo.

Também é indispensável a vontade e decisão política de investir em programas e projetos específicos, além do desenvolvimento de pesquisas voltadas para temas e problemas socioambiental resultante das práticas de consumo, dentro deste abordagem elucida-se o consumo energético que submete o homem e a natureza a um permanente quadro de vulnerabilidades, sendo necessário alternativas para modificar o *estado da arte*, que pesa sobre a sociedade como um todo, através da formação de redes de intercâmbio entre os diferentes grupos de atores sociais que, assim, passam a ter uma atuação, um papel ativo na definição das estratégias de desenvolvimento. Perspectiva que será abordada no tópico seguinte.

2.1 Consumo Energético Sustentável

O consumo de energia tem aumentado de maneira vertiginosa nas últimas décadas. Os fatores que contribuíram para este aumento foram o desenvolvimento do parque industrial, o aumento nos níveis de produção que gerou um crescimento exponencial do consumo de bens e energia, a modernização da agricultura, o aumento da capacidade de consumo da população e a elevação do conforto dos níveis individual e familiar, resultando em um impacto da atividade humana sobre o meio ambiente, originando problemas latentes de ordem social e ambiental.

Os problemas ambientais estão relacionados com a exploração e utilização de energia. Poluição, chuva ácida, destruição da camada de ozônio, aquecimento da Terra – por causa da intensificação do efeito estufa – e destruição da fauna e flora são alguns dos efeitos dos processos atualmente disponíveis para a geração de energia (CONSUMERS INTERNATIONAL, MMA e MEC/IDEC, 2005).

Evidencia-se que o consumo energético causa diversos impactos ao meio ambiente, o que resulta em uma complexa problemática ambiental decorrente das fontes energéticas e dos riscos no uso da energia nuclear. Considerando que grande parte da energia consumida nos dias atuais tem origem em combustíveis fósseis, que se constituem em fontes não renováveis, fato que tem despertado uma preocupação permanente de governos, empresas e vários setores da sociedade sobre questões que envolvem capacidade de adaptação, vulnerabilidade e mitigação de efeitos danosos decorrentes das matrizes energéticas global.

É notável que dentro de uma abordagem sistêmica se faça necessário à importância de estratégias políticas para gerir a demanda a partir de uma racionalização. Na verdade, o

progresso rumo à sustentabilidade energética é também o progresso em direção a um modelo social mais equitativo e com maior consciência e ação política do consumidor diante das questões de ordem social e ambiental. Portanto, os desafios futuros do consumo energético são multidisciplinares sendo necessário cada vez mais pensar a partir do viés do consumidor.

Para Shove (2002), o consumo é um fenômeno multifacetado, pois se trata de uma prática social ambígua, e simultaneamente uma força econômica, as suas consequências são conflituosas. De um lado temos a produção, a indústria, a regulação. Do outro o mercado e as escolhas individuais, sendo que os determinantes do comportamento de compras sustentáveis são de difícil controle por parte do Estado ou agentes reguladores. Cabendo, por isso, à esfera privada também participar do processo.

Dessa forma, pode-se dizer que o consumo é uma prática ambivalente: uma prática onipresente social e uma força motriz da economia, mas ao mesmo tempo, as suas consequências estão em conflito com importantes objetivos de sustentabilidade social e ambiental. Encontrar caminhos para consumo sustentável tornou-se assim uma importante questão política. Sendo relevante contextualizar o consumo sustentável no sistema e nos estilos de vida cotidianos (SHOVE, 2002).

De fato o consumo energético se cristaliza nessa força motriz da economia quando se constata que a aquisição e posse de eletrodomésticos mais modernos e com maior tecnologia, e normalmente mais eficientes, é uma situação associada às classes de maior poder aquisitivo. Famílias de baixa renda possuem produtos mais velhos, normalmente adquiridos de segunda mão, com menor tecnologia ou similar que em geral apresentam índices de eficiência menores.

Sendo justamente no consumo familiar de energia que se manifesta, de modo mais nítido e imediato, a conexão entre os consumos energéticos, estilos de vida de famílias de diferentes condições sociais, na satisfação de suas necessidades e aspirações. Portanto, a distinção entre ricos e pobres não se dá propriamente no nível do consumo energético, mas na sua composição segundo os distintos usos finais da energia consumida e na eficiência com que ela é utilizada (BOA NOVA, 1985).

Sobre a relação do consumo e estilo de vida Lutzenhiser (2002) observa que o conceito de estilo de vida vem sendo usado extensivamente na literatura, muitas vezes de forma incoerente. Enquanto alguns autores referem-se às características individuais e

psicológicas dos membros pertencentes a um determinado estilo de vida, outros procuram aproximá-lo do conceito antropológico de “cultura”, isto é a totalidade de práticas, significados, crenças e artefatos de um grupo social.

Desse modo, observa-se que o consumo de energia está relacionado com os hábitos, atitudes, valores, crenças, normas e estilos de vida dos indivíduos e das famílias. Assim, analisar o consumo energético e suas práticas implica em reconhecer a natureza social e cultural na conservação de energia.

O teórico Warde (2005) destaca o papel que os hábitos têm na alteração de comportamentos, pois a existência de rotinas em que se processa o automatismo e falta de consciência na tomada de decisões, dificulta a alteração do comportamento do consumidor no ato da compra. Assinalando ainda a importância do engajamento individual como o elemento capaz de explicitar a natureza do consumo e a manifestação das práticas nesta esfera. Aqui o indivíduo aparece como um ponto de interseção de muitas práticas.

Outra perspectiva teórica evidencia o consumidor como agente de suas práticas ao assinalar que o consumo pode ser entendido como um processo em que os consumidores constituem os agentes das práticas de consumo e se engajam em atos de apropriação e apreciação de bens, serviços, experiências, informações ou ambientes, comprados ou não (CASTAÑEDA, 2011).

Seguindo essa linha de pensamento observa-se que nas práticas de consumo energético familiar os consumidores se apropriam dos serviços e não do produto em si, pela invisibilidade do produto. As práticas se apresentam diferenciadas em função da importância do tipo de apropriação e significado que os consumidores dão aos serviços oferecidos.

Os aparelhos convertem a energia em serviços, por isso que as pessoas não se relacionam diretamente com a energia, mas com os serviços que ela proporciona o que coloca novos desafios à análise e torna fundamental compreender como e porque a procura destes serviços está aumentando (LUTZENHISER, 2000, p. 441).

Nesse sentido, as práticas de consumo energético podem oferecer elementos para entender a dinâmica do como e o porquê das práticas de consumo de energia principalmente o familiar.

A proposta analítica de Warde (2005, *apud* CASTAÑEDA, 2011) sobre as práticas de consumo passa, pela necessidade de empreender um exame detalhado de como os nexos — entendimentos, procedimentos e engajamentos — são adquiridos e, então, adaptados para desempenhos específicos. Nesse sentido, as práticas possuem desenvolvimentos e histórias que podem oferecer respostas para entender, por exemplo, por que as pessoas fazem o que fazem e da forma que fazem.

Torna-se importante entender que as diferenças entre os nexos de fazeres e discursos das práticas podem variar dentro dos grupos de agentes, independentemente de um ou outro elemento destes nexos, em função das diferentes formas de aprendizagem destes agentes (CASTAÑEDA, 2011). Portanto, buscou-se entender nos grupos de consumidores familiares estudados como os nexos das práticas de consumo energético podem contribuir para a formação de redes de intercâmbio construídas na esfera pública, como um novo campo de ação política através de engajamentos que envolve mudanças de atitudes e valores do cidadão

Como guisa reflexiva para análise circunscrita, evidencia-se que as perspectivas teóricas apresentadas discutem um horizonte a ser seguido ou que se quer chegar: “o futuro não é objeto de predição, mas de decisão”. Por isso é preciso sinalizar para a necessidade de se ter um perfil melhor do consumidor de energia em especial familiar, pontuando necessidade pela ampliação de pesquisas que atendam a essa demanda.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento do estudo em função dos objetivos circunscritos optou-se por uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa, objetivando ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo, e sistematizar uma análise metódica, além da formulação de hipóteses essenciais que demanda toda investigação científica. Considerando que a riqueza de dados que a pesquisa qualitativa gera possibilita perceber o fenômeno em sua especificidade e complexidade, além das descrições e explicações sobre as relações sociais que se estabelecem. Também porque a abordagem qualitativa proporciona maior visibilidade do universo empírico e a relação com as teorias que versam sobre o fenômeno do consumo e suas práticas.

Assim, para a exequibilidade da pesquisa escolheu-se a técnica de grupo focal que é um instrumento de coleta de dados qualitativa que consiste em uma entrevista

semiestruturada em grupo sendo conduzidas pelo pesquisador o que possibilita uma análise metódica do fenômeno estudado.

Assinalando ainda, que sua importância não reside apenas no fato de ser uma metodologia qualitativa de pesquisa, mas também se caracterizar como um instrumento de mediação capaz de incentivar a produção científica em coletividade, evidenciando os aspectos políticos de questionamentos, de representação, formação de identidades, legitimidade e inserção das questões levantadas pelo grupo.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa que coleta dados através das interações entre os grupos e ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Para Morgan (1997) o grupo focal é uma técnica de entrevista em grupo, no qual o termo “grupo” refere-se às questões referentes ao número de participantes, às sessões semiestruturadas, à existência de um *setting* informal e à presença de um moderador que coordena e lidera as atividades e os participantes.

O teórico elucidava ainda o efeito de grupo, ou seja, o fato de que “os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca” (MORGAN, 1997, p.139), sendo essa habilidade de observar e perceber o entendimento entre os participantes algo específico do grupo focal.

Portanto, o grupo focal elucidava aspectos que não seriam acessíveis sem a interação do grupo e que o processo de compartilhar e comparar, oferecendo uma oportunidade significativa de compreensão do problema ou fenômeno estudado, por parte do pesquisador em suas similaridades e diferenças.

3.1 Composição do Grupo Focal

Os grupos focais apresentam resultados significativos, principalmente em grupo feminino, pois as mulheres não demonstram nenhum constrangimento ao falar sobre a temática ou o problema em foco, o que expressa mais confiança, liberdade e maior interação, até mesmo quando algum ator social demonstra prazer (no estudo em foco práticas de consumo) por exercer alguma prática que vai de encontro a representação social da maioria do grupo.

Para a exequibilidade da pesquisa escolheu-se consumidores familiares, especificamente mulheres, formando dois grupos focais composto em média por doze mulheres em cada um. No primeiro momento da pesquisa considerou-se estes grupos suficientes, já que a

sinergia dos grupos formou um processo dinâmico que permitiu compreender os nexos, contextos e visões de mundo diferenciadas.

A escolha de consumidores familiares, especificamente às mulheres, deve-se a facilidade de expressar valores, opiniões, atitudes e comportamentos nas práticas de consumo. Instigando assim, a necessidade de conhecer empiricamente a significação, representação social do consumidor, o que facilita o processo da análise dos dados e os seus resultados, pois se espera que a socialização possa contribuir de alguma forma para a reflexão sobre a problemática ambiental resultante do consumo energético, com adesão a novas práticas de consumo energético sustentável.

Também contribuir para discussão sobre a importância da implementação de iniciativas governamentais, não governamentais ou empresariais locais que tenham por finalidade promover a conscientização na busca de práticas de consumo energético sustentável.

No que se refere à situação socioeconômica do público alvo da pesquisa, este foi composto por mulheres de classe média e baixa, cuja faixa etária variava entre 20 a 45 anos, com nível de escolaridade médio e superior da cidade de Campina Grande, PB. Selecionou-se os sujeitos sociais através de convites dos pesquisadores por pessoas identificadas na comunidade como sendo de classe média e baixa. Os grupos focais foram realizados entre os dias 12 a 15 de janeiro de 2012, em uma sala específica, sendo conduzido pelos pesquisadores. O trabalho foi gravado em áudio com transcrição dos depoimentos com permissão das mulheres

Para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo foi elaborado previamente um roteiro de perguntas semiestruturadas, com questões abertas a serem aplicadas pelos pesquisadores, com tópicos referentes a temática em foco com objetivo de instigar uma discussão profícua sobre as práticas de consumo de energia familiar, buscar identificar nos discursos o viés da tríade: politização, ação política e exercício da cidadania.

O processo foi iniciado pela explicação do método, tendo um pesquisador informado as participantes que toda a discussão seria gravada. Também fora apresentado as regras essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos: a) uma pessoa deve falar de cada vez, b) evitar discussões paralelas, c) nenhum participante deveria dominar a discussão, d) todas deveriam expressar sua visão sobre o foco da pesquisa, ou seja, as práticas de consumo energético.

Em seguida foram levantadas questões referentes as práticas de consumo de energia no *locus* social familiar, sobre a utilização dos utensílios domésticos como máquina de lavar roupa, freezer, microondas, batedeira, ferro elétrico, chuveiro elétrico, ar condicionado, informática, computador e entretenimento. Sobre os hábitos e suas alterações, gastos com novos equipamentos, manter o conforto e o bem estar gastando menos energia e dinheiro. Quais as principais preocupações da mulheres com o uso de energia e o meio ambiente. E o papel do cidadão enquanto promotor do consumo energético sustentável e das instituições públicas, privadas e do Estado na adoção de novas práticas na geração e uso de energia enfatizando a distribuição da responsabilidades de todos sobre o problema e a formação de redes de intercâmbio.

Assim, buscou-se com a pesquisa aprofundar os conhecimentos acerca das percepções, significação, atitudes e representações sociais dos atores sociais investigados sobre o consumo energético sustentável e os processos pelos quais os indivíduos estão inseridos, além de contribuir evidentemente para o preenchimento de uma lacuna na produção acadêmico-científica sobre consumo energético a partir da perspectiva consumo sustentável, ação política e cidadania.

4.Resultados e Discussões

A partir da sistematização do estudo que mostra um espaço de práticas de consumo de energia na vida cotidiana no qual atores sociais (mulheres) constroem o sentido do seu agir, experimentam as oportunidades, as possibilidades e os limites de sua ação. O olhar para a vida cotidiana das mulheres estendeu um foco sobre a particularidade dos detalhes das práticas e a unidade dos acontecimentos. Elucidando a percepção de que na vida cotidiana, as mulheres constroem o sentido da própria ação, que é produzido através das relações, essa dimensão acresce a dimensão social e cultural da ação humana nas práticas de consumo.

Também observou-se que os processos sociais proporcionam maiores recursos de individualização correspondendo a uma situação de mercado, em que as práticas de consumo é um dos comportamentos através dos quais se afirma a individualidade nas escolhas e significados, processo esse que acontece no consumo de energia em que são individualizados os significados, por incorporar um produto não-material, que se distingue por sua diferença simbólica e cultural.

Esse aspecto instigou um interesse de pesquisar a temática por exigir mais presença e uma observação criteriosa no campo do agir na latente busca de entendimento das relações e das práticas de consumo, uma dimensão que caracteriza a complexidade e a diferenciação. Os processos de diferenciação colocam em ênfase os aspectos: culturais, territoriais, individuais, representação social e significados.

Assim, a pesquisa produziu interpretações e reflexões sobre os modos como as mulheres desenvolvem suas práticas de consumo energético, nos quais buscam dar sentido às suas ações e as representações, através dos relatos.

Os relatos ou narrações demonstraram que as mulheres com maior nível de escolaridade possuem mais conhecimento e capacidade de compreensão sobre os aspectos relacionados ao uso inadequado de energia como o desperdício e consumismo além dos problemas trazidos para o meio homem e ambiente.

Porém, a relação do ter conhecimento com a prática se distancia quando se alertou para a necessidade da revisão dos hábitos de consumo de energia que não é vivenciado cotidianamente. Neste sentido, constatou-se que há um baixo nível de comprometimento do consumidor residencial quanto à redução do desperdício de energia elétrica em seus domicílios.

O aspecto rendimento econômico instiga uma multiplicidade de análises, uma vez que pode permitir tanto a introdução de mudanças significativas em termos do uso mais sustentáveis de energia que se dispõe (através de alterações estruturais na habitação, implantação de fontes renováveis, nos aparelhos utilizados e nas práticas de consumo), como também aumentar o consumo de energia na busca do conforto e significação social por ter um número maior de aparelhos e bens materiais que proporcionam bem estar e *status* social (como ter mais de um carro ou ar condicionado na casa inteira).

Muitas das mulheres com um poder aquisitivo mais elevado relataram ter um consumo de energia mais alto, apresentando uma capacidade de resistência para diminuir o consumo, pois significa interferência nas suas necessidades diárias que para elas são consideradas básicas como ligar o ar condicionado do carro, do quarto, usar o chuveiro elétrico, o secador de cabelo, a pranchinha tanto no horário diurno como noturno e os aparelhos práticos vistos como o “símbolo da mulher moderna”. Por outro lado, investir em equipamentos energeticamente mais eficientes significa aumentar os gastos com as compras.

Para Shove (2002, p.248) as práticas de consumo cotidiano de energia por parte dos atores sociais pode obter êxito a partir de uma perspectiva relativa aos componentes mais visuais e distintivas que lhe estão associadas, são os componentes mais ligados às rotinas, às questões pragmáticas, neutras em termos simbólicos, socialmente determinados, coletivamente impostos e individualizadas, exigindo maior atenção, uma vez que representam áreas subexploradas do ponto de vista da teoria social.

Trata-se de pôr em relevo o conforto, a conveniência, a segurança e a normalidade de determinadas práticas de consumo e a forma como as influenciam, principalmente quando a análise centra-se em áreas específicas de consumo como a energia ou a água.

Por outro lado, a energia e o seu consumo não é facilmente observável, o que dificulta a tomada de consciência e o despertar para eventuais consequências que possam decorrer do seu uso ao homem e o meio ambiente. Da mesma forma, não é tanto o consumo de energia que é relevante para cada ator social, mas antes os serviços, os resultados providenciados por esse consumo.

Observou-se ainda, que algumas práticas mais frequentes de consumo de energia estão associadas a um grau de preocupação ambiental por parte das mulheres tanto da classe média como baixa como: comprar produtos biodegradáveis, desligar as luzes quando não são necessárias, não usar a ducha quente mais de uma vez ao dia, vestir uma roupa mais de uma vez para evitar passar, dá preferência a roupas de malhas, pois não se amassam com facilidade, não usar as máquinas de lavar roupa e louça com carga completa, não deixar os aparelhos eletrodomésticos muito tempo ligados, secar a roupa ao ar, não ficar com ar condicionado ligado o dia inteiro durante o dia no Verão.

Desse modo, constatou-se que criar um contexto em que seja possível trabalhar o tema consumo energético e propor alterações nos hábitos de consumo cotidianos na família, implica necessariamente em uma tomada de consciência sobre os riscos insustentáveis das práticas consumos de energia para a geração futura, a partir de uma preocupação socioambiental e não apenas um aumento na fatura familiar mensal.

A partir dos relatos, foi possível observar o desconhecimento de um percentual das mulheres sobre a questão energética e a dificuldade de conviver com o problema até certo ponto intangível (a energia não se vê e não tem uma utilidade em si, mas antes os serviços que propicia), dificultando a reflexão sobre o consumo e suas práticas, o que evidencia a implementação de medidas sustentáveis através de uma rede de intercâmbio

dos atores da sociedade, por meio de uma mobilização e articulação dos movimentos sociais atuando como mediadores das ações voltadas para práticas de consumo energético sustentável.

Como também as políticas públicas através da legislação e utilização de instrumentos que dispõe para incentivar mudanças na produção e uso de energia no sentido de fortalecer as articulações de todos os atores sociais (Estado, Movimentos Sociais e Corporações) na busca de mudanças de atitudes e valores que sejam ambientalmente éticos.

Porém, quando estimuladas a refletirem sobre a revisão dos hábitos de consumo de energia e sua relação com os impactos ambientais resultando em práticas ambientalmente sustentáveis, as mulheres identificaram quais são os maiores consumos de energia no domicílio (aquecimento, entretenimento, informática, transporte), e se apropriaram de responsabilidades se posicionando e construindo discursos defensores do meio ambiente e da sustentabilidade, interagindo e ressignificando seu papel na sociedade ao falar da importância da mulher na orientação da família sobre os problemas ambientais e a importância de sua participação em movimentos com ações voltadas para preservação do meio ambiente politicamente sustentável.

Os relatos trazem à tona a noção política de cidadania e do consumo como espaços de práticas de cidadania, sob esse viés remete-se as colocações de Canclini (2005) sobre a ampliação e ressignificação necessária do que se entende por cidadania, no sentido de atribuir à esfera do consumo uma perspectiva política, de ação em benefício da sociedade, a partir da lógica que o consumo serve para pensar.

Observou-se que as mulheres, ao pensarem e refletirem sobre o consumo energético, buscam um entendimento de que as mudanças nas formas de consumo alteram as possibilidades do indivíduo exercer a cidadania, o que sinaliza para a importância e possibilidade de uma ação política no âmbito do consumo energético. Nessa perspectiva, “estas ações, políticas, pelas quais os consumidores ascendem às condições de cidadãos, implica em uma concepção do mercado não como lugar de troca de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais” (CANCLINI, 2005, p. 70).

Não obstante, quando questionadas sobre a responsabilidade de cada cidadão, as mulheres atribuíram grande destaque ao seu papel na busca da promoção das práticas de consumo energético sustentável, enfatizando que é possível ampliar as

responsabilidades na família e na sociedade por meio de instituições sociais como a escola, tendo como instrumento a educação ambiental é possível conscientizar e estimular a adoção de comportamentos mais sustentáveis.

Algo significativo para o processo de politização do consumo sustentável e eficiência energética a reflexividade enquanto um movimento que permite uma análise da pessoa sobre si mesmo, sobre sua ação em momentos diversos e com relação ao outro. Além da possibilidade de um olhar retrospectivo sobre a própria conduta. Para Giddens (1991) é possível que através da circulação das informações se encontre uma condição de auto reflexividade, para compreender as motivações das suas ações com base num controle reflexivo do agir.

A partir dos relatos, evidencia-se que a exequibilidade de práticas de consumo sustentável implica necessariamente em mudanças de atitudes do cidadão na esfera pública que se configura como uma possibilidade de transformações na cultura social do consumismo. Na conservação de valores e identidades culturais locais ao garantir a participação da sociedade nas definições de interesses públicos.

Para isso, torna-se evidente os benefícios da reflexividade para que a sociedade civil, corporações e cidadãos estabeleçam redes de intercâmbio com ações articuladas na discussão sobre a importância de práticas de consumo energético sustentável como um campo de ação política para a sustentabilidade.

Enfatizando ainda, que a dimensão relacional das práticas de consumo energético teve, pois uma intenção analítica com reflexões sobre as mesmas e os aspectos da vida social de forma móvel como uma rede complexa de conexões e interferências múltiplas.

5. Considerações Finais

Face aos impactos ambientais resultantes das fontes não renováveis de energia perceptíveis no mundo inteiro, o cenário demanda esforços de toda sociedade no que diz respeito a geração e ao uso, sinalizando para a implementação de energias renováveis em um futuro próximo, com alternativas que apontam para o menor uso dos serviços de energia com aquecimento e iluminação, além de novas tecnologias de conversão energética mais eficientes, ou seja, retirar mais energias das fontes primárias.

Desse modo, ao considerar a forma como os recursos naturais e a energia do planeta são utilizados pela classe consumidora global de 1,7 billão de pessoas espalhadas por todos os continentes, se faz necessário que os estudos e as discussões sobre o consumo

energético sustentável sejam ampliadas, principalmente a partir do viés do consumidor enquanto cidadão e as mudanças nas práticas sociais do setor energético.

Evidencia-se que a sustentabilidade, no que concerne ao suprimento de energia, surge como o grande desafio que se coloca para as gerações futuras, frente ao crescente aumento na demanda por energia, resultante do desenvolvimento socioeconômico, além da disparidade no nível de consumo, entre os ricos e os pobres no mesmo país.

A forma como mais especificamente a energia na esfera doméstica vem sendo utilizada aponta que é necessário ampliar iniciativas tanto de uma educação ambiental, como das políticas públicas sobre o consumo da energia, bem como o planejamento energético de forma a incorporar perspectivas sustentáveis, com práticas de consumo energético sustentável através de redes de intercâmbio para o exercício de cidadania.

No tocante as relações entre o consumo e a cidadania através da pesquisa foi possível perceber que essa dimensão engloba perspectivas diferenciadas e ao mesmo tempo interligadas. Apresentando concepções teóricas que versam sobre o consumo enquanto ação social e cidadã.

Portanto, é preciso enfatizar que a pesquisa cumpriu com seus objetivos, os resultados apresentados face à natureza da complexidade temática, além da reduzida reflexão teórico-empírica nas ciências sociais, impõem-se a necessidade de ampliação das perspectivas teóricas, fase seguinte da pesquisa, buscando entender como as ações dos atores canalizam o uso da energia em direção as práticas de consumo ao incorporar soluções sustentáveis a partir da “politização da ambientalização”, buscando perceber os diferentes problemas, variáveis e os nexos nas práticas de consumo energético.

Referências

BOA NOVA. **Energia e Classes sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução de: Maurício Santana Dias. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CASTAÑEDA, Marcelo. **Teorias das Práticas na Análise do Consumo**. Ciências Sociais. São Leopoldo. Vol.46. N.3. P.P 248-255, set-dez, 2010.

CONSUMERS INTERNATIONAL; MMA; MEC/IDEC. **Consumo sustentável: manual de Educação**. Brasília: Consumers International, MMA/MEC/IDEC, 2005. Em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/consumos.pdf>. Acesso em 15 jun 2011.

COSTA, Daniela Viegas da; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. **Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação**

da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **Revista Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo-SP, mai/jun/2011.

GIDDENS, A. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In:_____ **Modernidade Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de: Magda Lopes. Giddens, A. Beck, U; Lash, S. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **A Política de Mudança do Clima**. Cambridge: Polity. s.n.t, 2009.

JACKSON, T. Sustainable consumption. In: Handbook of sustainable development. Edited by Giles Atkinson, Simon Dietz, Eric Neumayer, 2006.

LUTZENHISER, L, CRAIG K. H e M. E. Olsen. **Energy, Society and the Environment**. In: _____ Riley Dunlap e William Michelson (eds.): Handbook of Environmental Sociology, EUA, Greenwood, 2002.

MORGAN, D.. Future directions for focus group. In:_____. **Successful focus group: Advancing the state of the art**. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

_____. **Focus groups as qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage, 1997.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Discurso Internacional sobre consumo sustentável: possibilidades de ambientalização e politização da esfera privada**. Campina, SP: [s.n.], 2003.

SILVA, *et al.* **Recursos energéticos, meio ambiente e desenvolvimento**. Revista MultiCiência. Revista dos centros e núcleos Interdisciplinares da Unicamp, 2010.

SHOVE, Elisabeth. Revealing the invisible: Sociology, energy and the environment. In: _____ et al. **The International Handbook of Environmental Sociology**. Reino Unido, Edward Elgar, 2000.

WARDE, A. **Consumption and theories of practice**. Journal of Consumer Culture, 2005.